



Serviço Público Federal
Ministério da Educação

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL

CAMPUS AQUIDAUANA

**A Educação Especial nas Escolas e na Educação Infantil: Análise de Políticas e Práticas
no Município de Bodoquena-MS.**

Valéria Da Silva Oliveira

Aquidauana
2025

**A Educação Especial nas Escolas e na Educação Infantil: Análise de Políticas e Práticas
no Município de Bodoquena-MS.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Graduação em História do Câmpus de
Aquidauana da Fundação Universidade Federal de
Mato Grosso do Sul como requisito parcial para a
obtenção do título de Licenciada em História.

Orientador: Aguinaldo Rodrigues Gomes.

Aquidauana
2025

Valéria Da Silva Oliveira

**A Educação Especial nas Escolas e na Educação Infantil: Análise de Políticas e Práticas
no Município de Bodoquena-MS.**

Aquidauana
2025

RESUMO

Meu trabalho de conclusão de curso trata da educação especial na rede municipal de ensino de Bodoquena-MS, focada na educação infantil. O estudo, ele analisa as ligações entre as políticas públicas de inclusão e as práticas no cotidiano escolar, fundamentando-se na experiência e observação que eu fiz na creche Centro de Educação Infantil Gildete Alcione Gomes (CEIGIL). A pesquisa visa entender o progresso e os obstáculos da educação inclusiva, e também, ressaltar a relevância e o empenho dos profissionais e as iniciativas das instituições para assegurar o direito à educação de todas as crianças, com Transtorno do Espectro Autista TEA.

Palavras-chave: Educação Especial; Inclusão; Educação Infantil; Políticas Públicas; Transtorno do Espectro Autista.

Banca Examinadora

Aguinaldo Rodrigues Gomes, orientador.

Lucielio dos Santos Xavier, arguidor.

Elizângela de Souza Oliveira, arguidora.

INTRODUÇÃO

No presente estudo, proponho analisar a implementação e o impacto das políticas da Educação Especial na rede municipal de ensino de Bodoquena-MS, com foco específico na Educação Infantil. A rede municipal é formada pelas instituições Escola Municipal João Batista Pacheco, Escola Municipal Dr. Arnaldo Estevão de Figueiredo, Centro de Educação Infantil de Bodoquena (CEIB), Centro de Educação Infantil Maria Madalena Farias Pina (CEIMAP) e Centro de Educação Infantil Gildete Auseni Gomes (CEIGIL).

O objetivo central é entender a articulação entre as diretrizes legais e as práticas pedagógicas adotadas, utilizando a observação participante no Centro de Educação Infantil Gildete Auseni Gomes (CEIGIL) como estudo de caso. Essa abordagem metodológica baseia-se na análise da estrutura legal vigente, como o Plano Municipal de Educação (PME), e é enriquecida por relatos de experiência e por entrevistas com os profissionais da instituição. A Educação Inclusiva é concebida como um direito fundamental, garantido por uma estrutura normativa (legislações federais, estaduais e municipais), cuja efetivação é crucial para o desenvolvimento integral de todas as crianças, especialmente aquelas com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

O sistema educacional em Bodoquena-MS está organizado por normas legais que asseguram o direito a uma educação de qualidade, acessível e inclusiva. O Plano Municipal de Educação (PME), instituído pela Lei Ordinária nº 696 de 2016 e alinhado ao Plano Nacional de Educação (PNE — Lei nº 13.005/2014), constitui um instrumento vital para o planejamento estratégico e avaliação das ações locais. Complementarmente, a valorização dos profissionais é abordada pela Lei nº 123 de 2022, que define o regime jurídico dos servidores e influencia diretamente a qualidade da prática pedagógica. Em nível estadual e federal, o Conselho Estadual de Educação (CEE-MS) fornece orientações necessárias, enquanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB — Lei nº 9.394/1996), em seu Artigo 27, reforça a garantia de um sistema educacional inclusivo para pessoas com deficiência em todos os níveis de ensino.

O compromisso de Bodoquena-MS com a inclusão se reflete no crescimento do atendimento a crianças com TEA, por meio de ações de conscientização e da ampliação de serviços de apoio, como o programa estadual CEAME/TEA, que oferece suporte pedagógico especializado. Essa iniciativa demonstra que, além do cumprimento das normativas legais, o município tem investido na qualificação do atendimento. Ao analisar a legislação atual e as práticas da CEIGIL, o estudo contribui de forma relevante para a reflexão e o aprimoramento das políticas e práticas de inclusão, sublinhando a importância da valorização e do reconhecimento do papel dos profissionais especializados para que as diretrizes de educação democrática e justa se concretizem no cotidiano escolar.

As legislações educacionais asseguram que o município cumpra todas as diretrizes nacionais e estaduais, provedoras dos direitos de todos à educação de qualidade, inclusiva e acessível, em conformidade com a igualdade de oportunidades. Os principais marcos legais são o Plano Municipal de Educação (PME), instituído pela Lei Ordinária nº 696 de 2016, que define as metas e as estratégias para o avanço da educação local.

O plano municipal foi elaborado em alinhamento ao Plano Nacional de Educação (PNE 2014–2024), aprovado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, reforçando o compromisso do município em seguir as políticas estabelecidas em nível nacional.

Com a implementação do PME, o plano contribui para o processo de avaliação e cumprimento das metas definidas, permitindo que as ações da educação sejam implementadas e adaptadas corretamente para atender às necessidades da comunidade local. O planejamento é muito importante, pois é ele que garante o aprendizado das crianças da rede municipal e permite que o sistema avance de forma mais equilibrada, integrando as políticas educacionais e aprimorando cada vez mais a qualidade do ensino público.

Outro importante instrumento para a educação é a estrutura educacional do município, definida pela Lei nº 123 de 2022, que estabelece o regime jurídico dos servidores públicos da administração direta e indireta, incluindo os profissionais da educação. A legislação municipal contribui para a valorização dos trabalhadores da área da educação, garantindo seus direitos e condições adequadas de trabalho, o que influencia diretamente a qualidade da prática pedagógica nas escolas do município.

No âmbito estadual, o Conselho Estadual de Educação do Mato Grosso do Sul (CEE-MS) desempenha um papel essencial na regularização e orientação dos planos educacionais. Com base na deliberação da Lei nº 10.814 de 2016, o conselho passou a promover e estabelecer novas diretrizes para a educação básica, criando condições para que as instituições de ensino do estado mantenham as orientações curriculares nacional e estadual, com o objetivo de promover uma formação mais adequada e com melhor qualidade para cada estudante.

No contexto federal, destacam-se marcos legislativos fundamentais para o ensino e a educação, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB — Lei nº 9.394/1996), que garante o direito à educação inclusiva. No Artigo 27, a lei afirma que “a educação constitui direito das pessoas com deficiência, garantindo sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades de ensino ao longo da vida”. No campo da inclusão, Bodoquena tem se destacado pelas ações voltadas ao atendimento de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

O município demonstrou um grande avanço no suporte a crianças com diagnóstico de autismo nos últimos anos. A partir de abril de 2024, houve intensificação na busca por apoio mais adequado, incluindo ações de conscientização, atividades educativas e cobranças pela ampliação dos serviços de apoio, bem como do atendimento psicológico. Essa iniciativa reforça o compromisso da rede de ensino municipal em garantir o direito à educação inclusiva e de qualidade para todos os estudantes.

Com o apoio do estado, também foi desenvolvido um programa voltado à inclusão, como o CEAME/TEA, que oferece apoio pedagógico especializado e orientação aos professores da educação. Essa integração entre o município e o estado é muito importante para o atendimento educacional consistente das crianças com deficiência, fortalecendo o trabalho pedagógico e a formação dos docentes na área.

Como pode se observar, a atuação de profissionais especializados no atendimento das crianças é um dos passos mais importantes para o fortalecimento da educação e para o reconhecimento desses profissionais na área da educação especial.

Em um levantamento feito no município em 2025, por meio de processo seletivo, foram ofertadas 17 vagas para professores desta área, valorizando os profissionais que nela atuam. Essa ação contribui para a maior valorização e reconhecimento do trabalho com as crianças com deficiência. Tais ações demonstram que a implementação da educação inclusiva não depende apenas de leis e políticas, mas também da presença de profissionais capacitados e comprometidos com o aprendizado de cada estudante da sala de aula.

Observa-se que a educação em Bodoquena está baseada em uma sólida estrutura de legislações municipais, estaduais e federais, que se articulam entre si. Esse conjunto de leis direciona as políticas públicas para o fortalecimento da inclusão e da qualidade, bem como a valorização de cada profissional da área do ensino. Assim, a legislação passa a ser reconhecida pelo compromisso do poder público com uma educação democrática e voltada para a justiça e o bem de todos, alinhando-se ao funcionamento da Constituição Federal e aos objetivos e propostas do Plano Nacional de Educação.

Nesta pesquisa sobre a inclusão educacional em Bodoquena, utilizo uma abordagem qualitativa, fundamental para a compreensão aprofundada dos fenômenos sociais no contexto educacional, conforme defendido por Minayo (2007), que prioriza o universo dos significados, motivos e crenças dos sujeitos. A estratégia metodológica central é o autorrelato da pesquisadora e Agente Educacional, técnica inserida no estudo de caso que permite uma análise detalhada das vivências e percepções subjetivas dessa profissional na Creche e Centro de Atendimento de Educação Infantil Gildete Auseni Gomes (CEIGIL), em Bodoquena.

Essa metodologia de autorrelato é particularmente relevante ao estudar a Educação Inclusiva e o trabalho com o Transtorno do Espectro Autista (TEA). A experiência pessoal e a reflexão sobre a prática são cruciais para a produção de conhecimento situado. A análise do papel do educador, das barreiras e das possibilidades na escola se fundamenta nas ideias de autores como Mantoan (2015), referência no debate sobre inclusão radical no Brasil e a transformação do sistema escolar, e Baptista (2013), que discute o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a importância da formação e experiência profissional na construção de práticas pedagógicas inclusivas. Assim, o autorrelato da agente educacional não serve apenas como uma descrição, mas como uma fonte de dados concretos e valiosos, essencial para o diálogo com a teoria e para a contribuição no aprimoramento das práticas no CEIGIL.

Meu relato sobre a experiência no trabalho com crianças com deficiência na Creche CEIGIL

Trabalho atualmente na creche há cerca de quatro anos, mas nunca havia acompanhado uma criança com deficiência do espectro autista. Essa fase tem sido, para mim, uma nova vivência, marcada por muito aprendizado e crescimento, tanto pessoal quanto profissional. Ao longo desse período, tive a oportunidade de acompanhar e participar do atendimento a crianças com necessidades especiais, o que ampliou minha compreensão sobre o papel da escola.

A creche CEIGIL (Centro de Atendimento de Educação Infantil Gildete Auseni Gomes) funciona desde o dia 2 de dezembro de 2019. Desde sua inauguração, a instituição se destaca pela qualidade do atendimento e pelo ambiente acolhedor, demonstrando compromisso com o

desenvolvimento integral das crianças. Por isso, passou a ser bastante procurada pelas famílias que desejam matricular seus filhos.

Desde o início, a creche tornou-se uma referência no município por prestar bom atendimento e por estar sempre atenta ao acolhimento às famílias. Sempre manteve uma boa relação com a comunidade, demonstrando compromisso com o bem-estar e o desenvolvimento das crianças. Essa relação de confiança, aliada ao cuidado diário, transforma a creche em um espaço seguro, acolhedor e comprometido com o avanço de cada criança.

Com o passar dos anos, a procura por vagas aumentou, mas a estrutura pequena da creche impossibilita atender todas as demandas. A diretora, percebendo esse crescimento, solicitou apoio da prefeitura para abrir mais uma sala, ampliando a capacidade de atendimento. Os espaços foram sendo melhorados, e novos recursos e materiais foram enviados para suprir as necessidades da instituição e das crianças, incluindo aquelas com deficiência.

Outro ponto importante é que, apesar dos desafios, a creche recebe apoio constante do município e do estado, garantindo materiais essenciais para o funcionamento, como produtos de higiene e limpeza, além de itens para as salas de aula, como cortinas e aparelhos de ar-condicionado. Por meio de emendas e parcerias, a creche CEIGIL evoluiu consideravelmente com os materiais enviados.

A creche CEIGIL é uma instituição simples, com estrutura pequena, o que resulta em um ambiente acolhedor para as famílias. Por ser um local de tamanho reduzido, facilita a relação entre professores, equipe pedagógica e crianças, permitindo acompanhamento individualizado e maior atenção. Esse modo de organização favorece o cuidado especial a cada criança com deficiência.

Quando fui chamada para trabalhar na creche, não imaginava que assumiria a responsabilidade de acompanhar uma criança com autismo, atuando como apoio em sala de aula. No início, senti-me insegura, principalmente por não conhecer a rotina de uma criança com autismo e por não saber como atender às suas necessidades específicas. Minha preocupação era desempenhar meu papel da melhor forma possível, evitando transmitir qualquer sinal de insegurança.

Com o tempo e com a convivência diária, comecei a compreender suas necessidades com mais clareza. Percebi que as crianças com deficiência aprendem em um ritmo próprio e se expressam de maneiras diferentes, tanto com os professores quanto com os colegas. Essa experiência tem me ajudado a entender, acolher e compreender essas diferenças da melhor forma possível, contribuindo para o trabalho pedagógico de acordo com as possibilidades e capacidades de cada criança.

No CEIGIL, o trabalho baseia-se no cuidado, na atenção e no incentivo constante ao aprendizado, garantindo condições para o desenvolvimento de todas as crianças. O convívio com crianças com deficiência mostrou-me que a comunicação nem sempre ocorre por meio da fala. Existem diferentes formas de expressão: algumas crianças são mais tranquilas, outras mais agitadas; algumas têm dificuldades para se comunicar verbalmente e, às vezes, recorrem a comportamentos mais agressivos para demonstrar o que sentem. Compreender esses sinais é importante para agir com paciência, cuidado e atenção, buscando sempre interpretar cada situação.

Durante minha trajetória na creche, contei com o apoio de duas professoras experientes na educação especial. Uma delas acompanha uma aluna com autismo leve, e a outra trabalha

com um aluno diagnosticado com autismo nível três, que exige cuidados mais específicos. Ambas sempre foram muito abertas a conversar comigo, explicando e orientando sobre a melhor forma de agir com as crianças com deficiência. Essa troca de experiências foi muito importante, pois contribuiu para que eu compreendesse melhor cada situação e adaptasse estratégias que favoreceram o desenvolvimento e a participação das crianças nas atividades da creche.

Relatório da entrevista com a professora

A professora Silmária iniciou sua carreira profissional no berçário, acompanhando crianças de zero a seis meses ao longo de dois anos. Durante esse período, dedicou-se aos cuidados básicos, devido à dependência das crianças em suas atividades diárias. Foi então que percebeu a necessidade de concentrar seu trabalho na área da educação especial, buscando aprimorar sua experiência e aprofundar seus conhecimentos.

“Sempre gostei de trabalhar com crianças e sentir que poderia contribuir de uma forma diferente, voltada à minha área de especialização, para adquirir mais experiência e conhecimento. Percebi que seria melhor atuar na área da educação especial. Foi então que recebi um convite da prefeitura para atuar na rede municipal novamente, com crianças um pouco maiores, o que me pegou de surpresa e representou um grande avanço na realização do meu sonho de fazer parte dos profissionais da educação especial. Fiquei muito feliz com a oportunidade. Hoje, posso dizer que o meu trabalho evoluiu muito, tanto com os alunos dos anos anteriores quanto com os que acompanho atualmente; é muito gratificante poder ver sua evolução.”

Quando assumiu sua função, a professora passou a se dedicar ainda mais às estratégias pedagógicas, buscando compreender cada detalhe e necessidade individual das crianças com quem trabalhava ao longo de sua trajetória profissional.

Ela relatou que enfrentou desafios no início, mas nenhum deles a fez desistir da carreira ou do desejo de ajudar cada criança que necessitava de atenção especial. A participação em formações voltadas para a educação especial contribuiu de forma relevante para o aprimoramento de suas estratégias pedagógicas, e cada conquista dos alunos representou uma grande motivação para continuar evoluindo em seu trabalho.

A professora destacou que o carinho desenvolvido com os alunos é muito gratificante, pois lhe permitiu perceber de forma clara o impacto que teve na vida das crianças. Segundo ela, o trabalho na educação especial exige mais compreensão, paciência, atenção e cuidado individualizado, contribuindo para a criação de um ambiente escolar inclusivo, capaz de acolher melhor e proporcionar um desenvolvimento adequado aos alunos.

Ao falar sobre a infraestrutura da creche onde trabalha, a professora relatou que enfrenta algumas limitações físicas e de recursos para atender todas as demandas. O espaço é pequeno e a estrutura ainda é simples, o que dificulta o atendimento necessário às crianças com deficiência. No entanto, adaptações são feitas para criar um ambiente inclusivo e seguro, garantindo a participação de todos nas atividades em sala de aula.

Ela também relatou sua experiência com a aluna Helena. Durante o período de adaptação, foi necessário que a estudante se familiarizar com o novo ambiente e as demais crianças compreendessem a dinâmica da sala. Esse momento de adaptação é fundamental para o

estabelecimento de uma rotina, permitindo que as crianças participem de todas as atividades de forma organizada, mostrando que o ambiente escolar é um lugar onde elas podem aprender e, ao mesmo tempo, brincar aprendendo. Além disso, favorece a construção de uma relação de confiança entre as crianças, os profissionais da creche e o ambiente escolar, proporcionando a tranquilidade necessária para o desenvolvimento infantil.

Quando planejado, o espaço torna-se mais acolhedor, permitindo que cada criança se sinta mais segura e valorizada em suas descobertas no ensino.

A professora que acompanha a aluna Helena busca continuamente incluí-la nas atividades da turma, sempre com o apoio e a autorização das demais docentes. Em todas as propostas, procura respeitar suas limitações, ao mesmo tempo em que incentiva sua participação e interação com os colegas. Por meio do trabalho individual, foi possível observar uma significativa evolução da aluna, tanto em seu desempenho nos estudos quanto na forma como se relaciona com as outras crianças.

Ao mesmo tempo, as outras crianças aprendem a valorizar e respeitar as diferenças, entendendo que cada colega tem um ritmo próprio de aprendizado. Dessa forma, desenvolveram uma postura mais adequada, reconhecendo e acolhendo as diferenças no ambiente escolar.

Conclusão

A presente pesquisa, ao analisar a articulação entre as políticas públicas e as práticas pedagógicas da Educação Especial no município de Bodoquena-MS, com foco na Educação Infantil (Creche CEIGIL), demonstra que a inclusão é um processo dinâmico, apoiado em uma estrutura legal robusta, mas cuja efetividade reside fundamentalmente no compromisso e na capacitação dos agentes educacionais.

A rede municipal de ensino de Bodoquena está organizada sob um sólido arcabouço normativo, que se alinha desde a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), que garante a educação inclusiva (Artigo 27), até o Plano Municipal de Educação (PME), que estabelece as metas locais. O investimento em políticas específicas, como o atendimento a crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e a ampliação de vagas para professores especializados (17 vagas em 2025), sinalizam o esforço do poder público em cumprir o que é determinado legalmente e promover a qualidade educacional, apoiada também pelo programa estadual CEAME/TEA. A Lei Municipal nº 123/2022, que visa a valorização dos servidores, reforça a compreensão de que a qualidade pedagógica está diretamente ligada às condições e ao reconhecimento dos profissionais.

O estudo de caso na Creche CEIGIL e os auto-relatos da Agente Educacional e das entrevistas com a Professora Silmária e a Diretora Adélia oferecem uma visão valiosa das práticas em ação. A experiência da Agente Educacional em lidar pela primeira vez com uma criança com TEA ilustra a importância do aprendizado pela prática e da necessidade de desenvolver a empatia, a observação e a paciência para interpretar as diversas formas de comunicação não verbal.

A Professora Silmária exemplifica o comprometimento profissional e a satisfação em atuar na Educação Especial. Seus relatos sobre a evolução dos alunos e a capacidade de adaptação confirmam a tese de que a evolução no aprendizado dos estudantes é o principal motor para a

busca contínua por novos conhecimentos e estratégias pedagógicas. Sua experiência prática, somada ao suporte de colegas mais experientes, ressalta a importância da colaboração e do apoio entre pares para a construção de um ambiente verdadeiramente inclusivo.

A visão da Diretora Adélia converge com a prática, ao reconhecer que a inclusão é tanto um dever legal quanto um dever humano. Ela destaca a força da equipe comprometida e o valor da convivência próxima, que permite um rápido diálogo e identificação das necessidades.

Apesar do forte compromisso humano e legal, a pesquisa também revela os desafios estruturais enfrentados, notadamente na Creche CEIGIL. A Diretora Adélia e a Professora Silmária apontam as limitações do espaço físico e a carência de recursos pedagógicos especializados adequados. Essa realidade sugere que, embora o município tenha avançado na valorização profissional e na definição de políticas, o investimento em adaptação da infraestrutura e na aquisição de materiais específicos deve ser intensificado para garantir a plena acessibilidade e o Atendimento Educacional Especializado (AEE) de alta qualidade.

Conclui-se que a Educação Inclusiva em Bodoquena-MS está em um caminho evolutivo e promissor, onde a lei fornece o alicerce e o corpo docente fornece o coração. Para que a inclusão seja plena, é necessário que as políticas de investimento se equiparem à dedicação dos profissionais, garantindo que o direito à educação de todas as crianças, com e sem deficiência, seja exercido com a dignidade, os recursos e a qualidade que merecem. A experiência da CEIGIL serve como um microuniverso onde a diferença é respeitada e a capacidade de cada aluno é o foco central do trabalho.

Referências

1. Legislação Federal, Estadual e Municipal

BODOQUENA (MS). Lei n. 696, de 2016. Institui o Plano Municipal de Educação (PME) de Bodoquena e dá outras providências. Bodoquena, MS: Câmara Municipal, 2016.

BODOQUENA (MS). Lei n. 123, de 2022. Define o regime jurídico de todos os servidores públicos da administração direta e indireta. Bodoquena, MS: Câmara Municipal, 2022.

BRASIL. Lei n. 9.146, de 2015. (Alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB). Dispõe sobre a garantia do sistema de educação inclusivo em todos os níveis e de aprendizado ao longo da vida para pessoas com deficiência. Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

BRASIL. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2014.

MATO GROSSO DO SUL (Estado). Conselho Estadual de Educação (CEE-MS). Deliberação n. 10.814, de 2016. Promove e estabelece novas diretrizes para a oferta na Educação Básica. Campo Grande, MS: CEE-MS, 2016.

2. Autores Citados na Fundamentação Teórica

BAPTISTA, Claudio Roberto. Inclusão e escolarização: Múltiplas perspectivas. Porto Alegre: Mediação, 2013.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?. São Paulo: Summus, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2007.

3. Entrevistas e Relatos (Fontes Orais)

VALÉRIA. Relato de Experiência: No trabalho com crianças com deficiência na Creche CEIGIL. Bodoquena, 2024. (Documento não publicado - Autorrelato da pesquisadora).

SILMÁRIA. Professora de Educação Especial na Creche CEIGIL. Entrevista concedida à Valéria. Bodoquena, 2024. (Documento não publicado - Informação verbal).

ADÉLIA. Diretora da Creche CEIGIL. Entrevista concedida à Valéria. Bodoquena, 2024. (Documento não publicado - Informação verbal).